

Um balde de água fria na idéia japonesa

A defesa do alívio da dívida externa da América Latina deixou ontem de ser uma peça de retórica e ganhou uma proposta concreta da segunda nação mais rica do mundo — o Japão —, na abertura da 43ª Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional-Banco Mundial, em Berlim Ocidental. Trata-se de um plano concebido pelo ministro japonês das Finanças, Kiichi Miyazawa, defendido ontem pelo presidente do Banco Central do Japão, Satoshi Sumita, perante centenas de ministros, assessores, financistas e banqueiros que lotavam o grande salão do Palácio dos Congressos da ex-capital alemã. A reação norte-americana à idéia, entretanto, foi de absoluto ceticismo.

Pela proposta Miyazawa, o país devedor interessado no plano teria que chegar a um acordo com o FMI em torno de um programa de ajustes de sua economia, o qual seria apoiado por fundos bilaterais e multilaterais (como o Banco Mundial). Sobre esta base, o país devedor discutiria em seguida com os bancos privados internacionais a conversão de parte da sua dívida em bônus (títulos), partindo do valor dos títulos da dívida no mercado secundário. Ainda segundo a idéia, os bônus teriam juros inferiores aos de mercado. E seu pagamento seria garantido por um fundo criado com parte das reservas internacionais do país devedor e administrado pelo FMI.

Esta foi a segunda iniciativa japonesa em Berlim em favor dos endividados. Na reunião preparatória de segunda-feira, Satoshi Sumita já havia anunciado que o Japão está disposto a reforçar, com empréstimos adicionais não vinculados e a taxas de juros abaixo do mercado, os acordos assinados entre o FMI e os países de renda média mais endividados (incluem-se aí Brasil, México e Argentina).

Segundo observadores ouvidos pelas agências noticiosas,

a agressividade japonesa no tratamento da dívida tem a clara intenção de tornar reconhecida no FMI e no Banco Mundial (Bird) sua posição de segunda potência industrial do mundo. De qualquer forma, Sumita acrescentou que a proposta Miyazawa é apenas “um prato adicional” no “menu de opções” à disposição dos bancos e governos credores para novos acordos de refinanciamento e alívio do serviço da dívida do Terceiro Mundo. Sumita enfatizou que o plano não contraria a estratégia de “caso a caso” (defendida pelos EUA), por ser a adesão ao mesmo voluntária, orientada pelo mercado e por não transferir os riscos do sistema bancário internacional aos organismos multilaterais (FMI e Bird) e nem aos governos dos países credores.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, falou em seguida e sua reação foi a de um balde de água fria no discurso japonês. Reafirmando o apoio dos EUA à atual estratégia da dívida externa, de análise de caso por caso, disse que “os Estados Unidos vêem com ceticismo as propostas que parecem estar de acordo com os princípios básicos da estratégia da dívida, porém que na prática só produzirão uma ilusão de progresso”.

Brady acrescentou que tais medidas enfraqueceriam as instituições internacionais e criariam oposição política nos países devedores: “Se entrarmos por um caminho que consiste em transferir o risco do setor privado para organismos públicos, estaremos destruindo uma solução verdadeira e duradoura para restaurar um crescimento econômico seguro entre as nações devedoras”.

O ministro das Finanças da França, Pierre Bérégovoy, disse ter recebido com simpatia as sugestões japonesas, mas acrescentou que a França pretende apresentar suas próprias propostas sobre a questão.